Boletim Notícias do Seguro T3#15: como dar escala à transição climática no Brasil?

? Como transformar projetos-piloto em soluções de escala para enfrentar as mudanças climáticas? O Boletim Notícias do Seguro mostra por que a parceria entre governo, setor segurador, bancos e mercado de capitais é fundamental para acelerar a transição climática e ampliar o financiamento de projetos preparados para os riscos do clima.

?? Seguro e infraestrutura também estão no centro desta edição. O Ministério de Portos e Aeroportos anunciou um grupo de trabalho para discutir e padronizar o uso de seguros em concessões de portos, hidrovias e aeroportos. A iniciativa busca reduzir incertezas, melhorar a definição das coberturas e dar mais segurança aos investimentos em infraestrutura no país.

? E atenção para quem pretende usar o carro em campanha política: a utilização do veículo para apoio a campanhas eleitorais pode exigir alteração no contrato do Seguro Auto. Entenda o que caracteriza mudança na finalidade do veículo e por que é importante conversar com o corretor ou a seguradora antes de alterar sua utilização.

? Dê o play e acompanhe as principais notícias, informações e tendências do mercado segurador.

YouTube – Spotify

Seguro para créditos de carbono ganha espaço ao proteger projetos e investidores

Ainda personalizadas, coberturas contra não entrega, reversão e invalidação de créditos avançam enquanto o Brasil estrutura seu mercado regulado de carbono

- Transformar uma floresta preservada, um projeto de reflorestamento ou uma iniciativa de redução de emissões em um ativo negociável exige uma promessa de longo prazo: o volume de carbono que deixou de ser emitido ou foi retirado da atmosfera precisa ser mensurável, verificável e, em muitos projetos, permanecer armazenado durante décadas.
- Mas o que acontece quando um incêndio destrói parte de uma floresta que gerou créditos? E se o projeto não entregar a quantidade prevista? Ou se problemas metodológicos, documentais ou de propriedade colocarem em dúvida a integridade dos ativos negociados?

É nesse espaço entre o risco ambiental e o financeiro que uma nova frente começa a se abrir para o mercado segurador: **o seguro para projetos e créditos de carbono**.

O segmento ainda é incipiente, sobretudo no Brasil, mas já apresenta exemplos concretos no mercado internacional. Em 2024, a **Swiss Re Corporate Solutions** e a plataforma goodcarbon lançaram uma solução para proteger compras futuras de créditos de projetos baseados na natureza contra a não entrega provocada por catástrofes naturais, eventos climáticos e determinados riscos políticos.

Também começam a surgir coberturas especializadas para não pagamento, falha do projeto, não permanência do carbono e esgotamento de reservas de créditos utilizadas como proteção contra perdas. Ainda não se trata, contudo, de um produto de prateleira: as apólices costumam ser desenhadas de acordo com as características de cada projeto e transação.

A discussão ganha relevância adicional com a criação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), instituído pela **Lei nº 15.042**, de dezembro de 2024. O sistema estabeleceu o marco regulatório brasileiro para o mercado de carbono e abriu uma nova etapa para a precificação das emissões e a negociação desses ativos no país.

O que é um seguro para créditos de carbono?

Não existe uma única apólice padronizada chamada “seguro de crédito de carbono”. O conceito reúne soluções securitárias destinadas a proteger diferentes participantes da cadeia contra riscos capazes de comprometer a geração, a entrega ou a validade econômica dos créditos.

Um crédito de carbono corresponde, de maneira simplificada, a uma tonelada de dióxido de carbono equivalente (tCO_2e) que deixou de ser emitida ou foi removida da atmosfera de acordo com metodologias e processos de mensuração e verificação.

Quando esse resultado ambiental passa a ter valor econômico, surge também uma cadeia de riscos. Um projeto florestal pode ser atingido por incêndio. Uma iniciativa pode gerar menos créditos do que havia sido projetado. Problemas fundiários podem comprometer um empreendimento. Falhas na validação ou na verificação podem colocar em dúvida a qualidade do crédito. E compradores podem descobrir que o ativo adquirido não possui a integridade ambiental esperada.

É justamente essa diversidade que aproxima o mercado de carbono do mercado segurador.

Quais riscos podem ser cobertos?

As soluções que começam a aparecer internacionalmente procuram proteger diferentes pontos da cadeia.

Um deles é o chamado **risco de reversão**, particularmente relevante em projetos florestais. Uma floresta pode armazenar carbono durante anos e, posteriormente, perder parte desse estoque em decorrência de incêndios, eventos climáticos extremos, pragas, desmatamento ou outras ocorrências.

Há também o **risco de não entrega**. Um investidor ou uma empresa pode financiar antecipadamente um projeto contando com determinada quantidade futura de créditos, mas o empreendimento pode gerar volume inferior ao previsto ou não concluir a emissão no prazo contratado.

Outros riscos que podem integrar essas soluções incluem:

- eventos climáticos e catástrofes naturais que afetem o projeto;
- falhas na emissão ou na entrega dos créditos contratados;
- invalidação dos créditos decorrente de fraude ou irregularidade expressamente coberta;
- falhas de validação, verificação ou registro previstas na apólice;
- não pagamento ou inadimplência de uma contraparte;
- responsabilidade profissional de agentes envolvidos;
- determinados riscos políticos;
- perda ou comprometimento de ativos ambientais.

Fraude, problemas metodológicos, questões fundiárias e mudanças regulatórias não são automaticamente seguráveis. Podem ser objeto de exclusões ou de coberturas específicas, dependendo da análise realizada e das condições do contrato.

Por isso, falar em seguro para carbono significa, na prática, falar em **uma arquitetura de coberturas para diferentes riscos de um ativo ambiental**.

Por que o seguro pode aumentar a confiança dos investidores?

A função econômica do seguro é particularmente importante em mercados novos: transformar determinadas incertezas em riscos definidos, mensuráveis e transferíveis.

Um investidor que financia um projeto de carbono não avalia apenas o retorno esperado. Ele precisa considerar a probabilidade de o projeto efetivamente gerar os créditos prometidos, sua qualidade, sua permanência e sua capacidade de entrega.

Quando parte desses riscos pode ser transferida para uma seguradora ou para o mercado de resseguros, a operação tende a tornar-se mais previsível. A proteção também pode facilitar a obtenção de financiamento, uma vez que reduz a exposição de compradores, fundos e instituições financeiras a determinados eventos.

O seguro, entretanto, não certifica que um crédito de carbono é ambientalmente íntegro, nem substitui auditorias, metodologias, registros ou processos de verificação. Seu papel é oferecer proteção financeira contra riscos previamente definidos caso os eventos previstos no contrato ocorram.

Em outras palavras: **uma apólice pode mitigar perdas, mas não transforma um crédito de baixa integridade em um ativo ambiental confiável**.

Por que esse mercado interessa especialmente ao Brasil?

O Brasil possui condições particulares para se tornar um dos grandes originadores mundiais de créditos de carbono devido à extensão de suas florestas, à biodiversidade, ao potencial de restauração ambiental e às oportunidades de redução de emissões em setores como agricultura, energia e uso da terra.

Segundo dados da Aliança Brasil NBS citados pelo relatório ***Soluções em Clima e Natureza do Brasil***, elaborado pelo Instituto Arapyaú em parceria com o Instituto Itaúsa e a Página22, o país concentra **40% dos projetos do mercado voluntário de carbono da América do Sul** e **25,6% das reduções anuais de emissões registradas na região**.

O cenário brasileiro mudou substancialmente desde a aprovação da Lei nº 15.042/2024. Em 2025, o Decreto nº 12.677 criou a Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono, no Ministério da Fazenda, para atuar temporariamente como órgão gestor do SBCE durante sua implementação.

Em 28 de julho de 2026, o Ministério da Fazenda **abriu consulta pública** sobre os setores econômicos que deverão cumprir obrigações de monitoramento, relato e verificação de emissões e sobre o cronograma de entrada gradual dessas atividades no sistema. A consulta permanece aberta até 28 de agosto.

A CNseg participa dessa construção institucional. Em candidatura conjunta com a Anbima e a Febraban, a Confederação **integra o Comitê Técnico Consultivo Permanente do SBCE** na representação das instituições financeiras com atuação em mercados ambientais.

Para o mercado segurador, esse processo importa porque maior clareza regulatória tende a facilitar a identificação dos participantes, das responsabilidades e dos riscos existentes ao longo da cadeia.

Mercado regulado e mercado voluntário são a mesma coisa?

Não. E a diferença é importante para compreender onde o seguro pode atuar.

- No **mercado regulado**, as empresas abrangidas pelas regras precisam cumprir obrigações relacionadas às suas emissões dentro de um sistema estabelecido pelo poder público.
- No **mercado voluntário**, empresas e outras organizações adquirem créditos por decisão própria, normalmente como parte de estratégias climáticas e compromissos de redução ou compensação de emissões.

A Lei nº 15.042/2024 criou o SBCE e estabeleceu uma interface entre os dois mercados. Créditos do mercado voluntário não passam automaticamente a integrar o sistema regulado: para serem

utilizados no cumprimento de obrigações do SBCE, deverão atender aos critérios e às metodologias credenciadas pelo órgão gestor.

Nos termos da lei, os ativos integrantes do SBCE e os créditos de carbono são considerados valores mobiliários quando negociados no mercado financeiro e de capitais, ficando sujeitos ao regime da Lei nº 6.385/1976 e à atuação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Esse enquadramento ajuda a dimensionar uma mudança importante: o carbono deixa de ser apenas uma questão ambiental e passa a integrar de maneira mais estruturada uma cadeia econômica que envolve projetos, empresas, investidores, intermediários financeiros, certificadores e outros participantes.

Quanto maior essa cadeia, maior também a necessidade de identificar e administrar seus riscos.

Como a subscrição pode funcionar como filtro adicional de risco?

A expansão do mercado voluntário de carbono expôs problemas de credibilidade. A qualidade de um crédito depende de fatores como **adicionalidade**, permanência, metodologia utilizada, mensuração adequada das emissões evitadas ou removidas, ausência de dupla contagem e verificação independente.

Há ainda riscos fundiários, jurídicos e sociais, particularmente relevantes em projetos associados a florestas e grandes extensões territoriais. Questionamentos sobre a legitimidade, a propriedade das áreas ou a efetividade ambiental podem comprometer um projeto mesmo depois da emissão dos créditos.

Ao analisar se determinado risco é segurável, a seguradora precisa compreender exatamente aquilo que está assumindo. Em um projeto florestal, por exemplo, podem entrar nessa avaliação a localização, a exposição a incêndios, o histórico de desmatamento, a gestão territorial, a duração do projeto, os mecanismos de monitoramento e os procedimentos previstos caso parte do carbono armazenado seja perdida.

Em projetos de outra natureza, as variáveis serão diferentes.

Esse processo de **subscrição do risco climático e ambiental** pode acrescentar uma camada de análise econômica ao mercado. Não substitui certificadoras, auditorias ou autoridades regulatórias, mas inclui um participante com interesse financeiro direto em compreender a probabilidade de falha do projeto.

É uma lógica semelhante à existente em outras áreas: quando determinado risco precisa ser segurado, sua mensuração passa a ter consequência econômica concreta.

Qual pode ser o papel do resseguro?

O resseguro tende a ocupar uma posição importante porque alguns dos riscos associados ao carbono podem ser de longa duração, elevada severidade ou alta correlação.

Uma única seguradora pode não querer concentrar exposição a grandes projetos florestais localizados em uma mesma região, por exemplo. Incêndios, secas prolongadas ou outros eventos extremos podem afetar simultaneamente diferentes projetos e gerar perdas correlacionadas.

O resseguro permite distribuir parte dessa exposição entre diferentes participantes e mercados internacionais, aumentando a capacidade disponível para assumir riscos.

Além disso, resseguradoras globais acumulam experiência em modelagem de catástrofes naturais, agricultura, florestas, energia e grandes projetos de infraestrutura - conhecimentos que podem ser aplicados à avaliação de determinadas operações de carbono.

Por isso, a expansão dessa nova classe de cobertura provavelmente dependerá não apenas das seguradoras que comercializam as apólices, mas também da capacidade de resseguro disponível por trás delas.

O seguro pode ajudar a financiar projetos ambientais?

Esse é um dos potenciais efeitos de longo prazo.

Projetos de restauração florestal, conservação ou remoção de carbono podem exigir investimentos significativos antes que os créditos sejam efetivamente gerados e comercializados. Quem coloca capital nessa fase assume riscos de execução e de entrega futura.

Se parte desses riscos puder ser transferida, a operação pode tornar-se mais previsível para investidores, fundos e instituições financeiras.

Nesse sentido, o seguro pode funcionar não apenas como mecanismo de indenização depois de uma perda, mas como parte da **estrutura de redução de riscos necessária para mobilizar capital privado**.

Essa relação já é conhecida em infraestrutura, energia e grandes projetos. A novidade é sua aplicação crescente aos ativos ambientais.

Uma nova fronteira para o mercado segurador

O seguro para créditos de carbono ainda está distante da escala dos segmentos tradicionais do mercado segurador. Há poucos produtos, ausência de ampla padronização e riscos cuja modelagem continuará evoluindo.

Mas justamente por isso o segmento merece atenção.

O Brasil está construindo seu mercado regulado de carbono ao mesmo tempo que possui enorme potencial para gerar créditos no mercado voluntário. Se esses ativos atraírem mais investidores e financiamento, aumentará também a demanda por mecanismos capazes de administrar os riscos existentes entre a criação de um projeto e a entrega efetiva de seu resultado ambiental.

Para seguradoras e resseguradoras, abre-se uma frente que combina competências já conhecidas - modelagem, subscrição, transferência e dispersão de riscos - com um ativo relativamente novo.

Para os investidores, o seguro pode representar uma camada adicional de proteção em operações ainda cercadas por incertezas.

E para o próprio mercado de carbono, a entrada do setor segurador acrescenta uma questão decisiva: **se o carbono pretende se consolidar como ativo econômico, seus riscos também precisarão ser mensurados, precificados e distribuídos**.

É justamente aí que seguro e resseguro podem encontrar um novo mercado.

Perguntas e respostas sobre seguro para créditos de carbono

O que é um seguro para créditos de carbono?

É uma solução destinada a proteger compradores, investidores, desenvolvedores de projetos ou outros participantes contra perdas financeiras associadas à geração, à entrega ou à validade econômica dos créditos. As coberturas são normalmente personalizadas de acordo com o projeto e a transação.

Quais riscos podem ser cobertos?

As apólices podem incluir riscos de não entrega, reversão do carbono armazenado, invalidação de créditos, eventos climáticos, catástrofes naturais, não pagamento e determinados riscos políticos. As condições e exclusões variam conforme o contrato.

O seguro garante a qualidade ambiental do crédito?

Não. A apólice transfere riscos financeiros previamente definidos, mas não substitui metodologias, certificações, auditorias, monitoramento ou verificação independente. A existência do seguro não deve ser interpretada como um selo automático de integridade ambiental.

Quem pode contratar esse tipo de proteção?

Desenvolvedores de projetos, compradores de créditos, investidores, fundos, instituições financeiras e outros participantes da cadeia podem contratar coberturas, dependendo da estrutura da operação e do interesse segurável existente.

Por que o resseguro é importante nesse mercado?

O resseguro ajuda a distribuir riscos de longa duração, elevada severidade ou grande correlação, como incêndios e secas que atinjam diversos projetos simultaneamente. Também amplia a capacidade das seguradoras para assumir exposições maiores.

Projetos climáticos mobilizam R$ 34,6 bilhões e seguro reduz incertezas no financiamento

Garantias e coberturas para construção, operação e danos a terceiros ajudam a reduzir incertezas em iniciativas de energia limpa, mobilidade e infraestrutura sustentável

Projetos de energia limpa, mobilidade e infraestrutura sustentável exigem investimentos elevados, planejamento de longo prazo e uma avaliação detalhada dos riscos. Atrasos na construção, danos a equipamentos, falhas operacionais e acidentes com terceiros podem elevar custos e comprometer o retorno esperado, dificultando a decisão de bancos e investidores.

Nesse cenário, o seguro pode contribuir para que essas iniciativas saiam do papel. A proteção não elimina os riscos nem garante a aprovação do financiamento, a rentabilidade ou a conclusão do empreendimento, mas pode reduzir o impacto financeiro de determinados eventos cobertos e ampliar a previsibilidade durante a implantação e a operação.

A dimensão desse desafio aparece nos números do Fundo Clima. De acordo com o relatório de execução de 2025, divulgado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foram aprovados aproximadamente R$ 12,55 bilhões em 199 operações no período.

Considerando também recursos de outras fontes do BNDES, o valor aprovado para esses projetos chegou a R$ 17,5 bilhões. Os empreendimentos apoiados envolveram investimentos totais de R$ 34,6 bilhões, montante 2,76 vezes superior aos recursos aprovados pelo Fundo Clima. Em 2024, essa relação havia sido de 2,25 vezes.

A transição energética concentrou o maior volume, com R$ 5,3 bilhões aprovados em 28 operações. Também receberam recursos projetos de indústria verde, conservação de florestas, desenvolvimento urbano resiliente, mobilidade sustentável, biocombustíveis e geração de energia solar e eólica.

Em 31 de março de 2026, o saldo dos recursos do Fundo Clima informado pelo BNDES era de R$ 30 bilhões. O indicador, no entanto, não representa necessariamente um volume integralmente disponível para novas contratações, uma vez que a aplicação dos recursos depende das regras do programa, da estrutura das operações e da aprovação dos projetos.

Como o seguro entra na análise do financiamento?

Antes de liberar recursos, financiadores avaliam se o projeto apresenta condições técnicas e financeiras para concluir as obras, iniciar a operação dentro do prazo e gerar receitas suficientes para cumprir as obrigações assumidas. Também são considerados os impactos de acidentes, eventos climáticos, falhas de fornecedores e interrupções.

As apólices podem transferir parte das consequências financeiras desses eventos para o mercado segurador, sempre dentro dos limites, franquias, coberturas e exclusões previstos no contrato. Com isso, os danos cobertos deixam de depender exclusivamente do caixa do empreendimento para serem reparados.

O processo de subscrição realizado pelas seguradoras também acrescenta uma camada de análise dos riscos. Projetos de engenharia, cronogramas, experiência dos responsáveis, condições do local, medidas de prevenção, licenças e planos de manutenção podem ser avaliados antes da aceitação do risco.

Essa avaliação, entretanto, não funciona como um certificado de viabilidade e não substitui as análises técnica, ambiental, jurídica e financeira realizadas por bancos, investidores e demais participantes do projeto.

Seguro Garantia reduz impactos do descumprimento contratual

O Seguro Garantia pode ser utilizado para proteger obrigações previstas em contratos de construção, fornecimento de equipamentos ou prestação de serviços. Se a empresa responsável não cumprir uma obrigação garantida, a seguradora poderá responder conforme as condições e o limite estabelecidos na apólice.

Em projetos sustentáveis, essa cobertura pode ser relevante na construção de usinas de energia renovável, redes de mobilidade, sistemas de saneamento e outras obras de infraestrutura. Para o contratante, a apólice pode reduzir o impacto financeiro de um eventual descumprimento de etapas previstas no contrato.

A cobertura, porém, não assegura automaticamente a conclusão da obra, o sucesso econômico do projeto ou o cumprimento de todas as obrigações assumidas. Sua aplicação depende do objeto garantido e das condições contratadas.

Riscos de Engenharia acompanham a implantação

Durante a construção, os projetos ficam expostos a danos nas obras civis, máquinas e equipamentos em instalação. O Seguro de Riscos de Engenharia pode oferecer proteção contra eventos previstos na apólice ocorridos durante a execução, instalação, montagem e, quando contratada, a fase de testes.

Segundo a Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), essa modalidade protege obras civis em construção e equipamentos em instalação contra danos materiais cobertos.

Dependendo da estrutura contratada, o projeto também pode contar com coberturas relacionadas ao atraso no início da operação provocado por um dano material coberto. Esse tipo de proteção é especialmente relevante quando o cronograma está diretamente ligado ao pagamento da dívida ou ao início da geração de receita.

Riscos mudam após a entrada em operação

Quando o empreendimento entra em funcionamento, os riscos se transformam. Incêndios, danos elétricos, quebra de máquinas, eventos da natureza e falhas operacionais podem interromper as atividades e comprometer o fluxo de caixa.

Os seguros patrimoniais e de riscos operacionais podem proteger instalações, equipamentos e outros ativos contra eventos previstos no contrato. Já a cobertura de lucros cessantes pode responder às perdas financeiras decorrentes da interrupção causada por um evento coberto, conforme os limites e as condições da apólice.

Uma usina solar, por exemplo, pode precisar de proteção para painéis, inversores, subestações e sistemas de transmissão. Projetos de mobilidade elétrica podem demandar coberturas para estações de recarga, equipamentos, garagens e centros de controle. Cada empreendimento exige uma avaliação própria.

Responsabilidade Civil protege diante de danos a terceiros

Obras e operações também podem causar danos materiais, corporais ou ambientais a terceiros. O Seguro de Responsabilidade Civil pode cobrir as consequências financeiras dessas ocorrências até o limite contratado, desde que estejam previstas na apólice.

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) ressalta que a proteção observa os limites e as condições do contrato. Quando houver exposição ambiental, é necessário avaliar a contratação de cobertura específica para esse risco.

Projetos precisam apresentar informações consistentes

Para se tornarem seguráveis, os empreendimentos precisam demonstrar que os riscos foram identificados e estão sendo administrados. Estudos técnicos, histórico de perdas, licenciamento, projeções financeiras, planos de manutenção, protocolos de emergência e medidas de adaptação climática ajudam seguradoras e financiadores a avaliar o projeto.

Informações incompletas podem resultar em coberturas mais restritas, franquias maiores ou dificuldade para encontrar capacidade no mercado segurador. Por isso, a análise dos seguros deve começar ainda na fase de planejamento, e não apenas quando a obra estiver pronta para ser financiada.

O tema ganhou espaço na São Paulo Climate Week, realizada em agosto de 2026. A Susep participou de um painel dedicado ao financiamento, aos seguros e à participação do setor privado na adaptação climática.

Mais do que uma exigência contratual, o seguro pode integrar a estratégia de gestão de riscos. Ao proteger contratos, obras, equipamentos, receitas e responsabilidades contra eventos previstos nas apólices, o setor segurador contribui para tornar projetos climáticos mais previsíveis para quem constrói, opera e financia, sem substituir as demais avaliações necessárias para a tomada de decisão.

Fonte: CNseg, em 12.08.2026